



J. Macêdo S.A. e Consolidado

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	14
Balancos patrimoniais	17
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações de resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	21
Demonstrações do valor adicionado	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras	23

Relatório da Administração 2012

Aos Senhores Acionistas e à Sociedade

A administração da **J. Macêdo S.A.** (“Companhia”), dentro do seu compromisso com a geração de valor para o Acionista e com a transparência, submete a apreciação de V.S.^{as} o resultado do exercício de 2012. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, fundamentadas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações emanadas da CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Mensagem da Administração

Aos Senhores Acionistas e à Sociedade,

Em 2012, o desempenho do setor de alimentos sofreu uma desaceleração impactada pelos efeitos da crise, as vendas reais cresceram 4,96% contra 5,90% no ano anterior. Os investimentos das companhias do setor também recuaram em 29,3% com relação ao ano anterior; o percentual de investimentos sobre o faturamento, cuja média foi de 5% no período, recuou em 2012 para 2,6%, de acordo com dados da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA e, por fim, os grandes componentes do custo: a cotação da moeda (Real) e os preços de trigo praticados no mercado tiveram uma grande alteração em suas cotações, tendo o primeiro (Real) apresentado uma sensível desvalorização bem como maior volatilidade iniciando o exercício de 2012 com cotações ao redor de R\$ 1,65 e atingindo níveis acima de R\$ 2,10 no final do exercício e o preço médio do trigo sofrendo um aumento de suas cotações em Reais de 71% do valor indicado no final do ano anterior.

Apesar deste cenário, a J.Macêdo prosseguiu seu trabalho para manter o foco em resultados crescentes e na contínua melhoria no atendimento ao cliente, por meio do aperfeiçoamento constante de processos e de um intenso trabalho de estímulo à cultura de alta performance junto aos seus funcionários.

Durante o ano de 2012 o resultado apresentado demonstra consolidação nos avanços obtidos no ano anterior e traduz importantes avanços em lucratividade e no Ebitda da Companhia. Adicionalmente a Companhia manteve, em todas as suas iniciativas, uma visão de melhoria contínua no nível de serviço oferecido aos seus clientes.

A J.Macêdo segue, no tocante aos seus novos desafios, na busca de continuar avançando na lucratividade e na cultura de alta performance, com foco na força de suas marcas, participação de mercado e no atendimento aos seus clientes.

A Companhia inicia 2013 com a perspectiva positiva de grande desafio face ao incremento de seu portfólio de operações produtivas e logísticas frente ao término do Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes, que a Companhia vinha executando com a Bunge Alimentos S.A e principalmente em seu retorno aos negócios de Panificação e Indústria nos mercados do Nordeste, onde a Companhia possui um histórico importante e que segue em crescimento.

Agradecemos aos clientes, fornecedores, aos nossos funcionários e aos acionistas pela colaboração e confiança depositadas em nosso trabalho. A seguir apresentaremos os principais destaques das realizações e resultados obtidos pela J. Macêdo no ano de 2012.

Desempenho Operacional

DESEMPENHO DO TRIGO

No ano de 2012 o mercado de trigo mostrou dois períodos com comportamento de preços distintos. No primeiro semestre com preços que oscilaram entre USD 230-260/t FOB Argentina, principal fornecedor brasileiro, e a partir de meados de junho uma alta vigorosa nos preços dos grãos elevou os preços do trigo para um novo patamar entre USD 300-340 FOB. A alta inicial foi consequência de forte seca que reduziu as safras de soja e milho nos EUA seguida por perdas importantes nas safras de trigo da Rússia, Ucrânia, Kazaquistão e também no Mercosul. A safra Argentina 2012/13 está entre às menores das últimas décadas.

No mercado interno os preços seguiram a tendência externa. Com a desvalorização do Real frente ao Dólar e com o Brasil exportando mais de 2,0 milhões de toneladas de trigo, os preços internacionais foram transferidos aos preços internos que bateram todos os recordes superando os R\$ 700 por tonelada no interior do Paraná e do Rio Grande Sul no final do ano. A safra brasileira de 2012, com uma previsão inicial de 5,0 milhões de toneladas, quase 1,0 milhão de toneladas menor que em 2011, enfrentou clima adverso e os números finais são de pouco mais de 4,0 milhões de toneladas.

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques e firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda.

MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO

No segmento de consumo doméstico, a receita bruta da J.Macêdo no 4T12 foi de R\$ 328,1 milhões, um aumento de 4,8% em relação à igual período de 2011 (R\$ 313,2 milhões).

No ano de 2012, a receita bruta foi de R\$ 1.181,3 milhões, um aumento de 1,0% quando comparada a 2011 (R\$ 1.170,1 milhões), impactada pela recuperação de margens através da gestão de preços. A margem passou de 28,0% em 2011 para 28,4% em 2012.

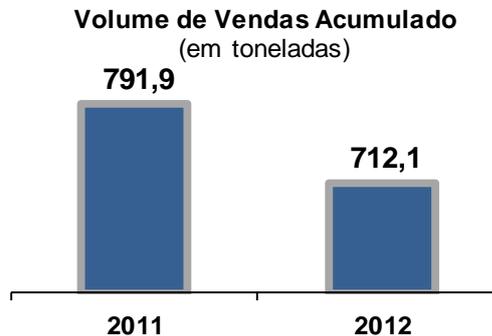
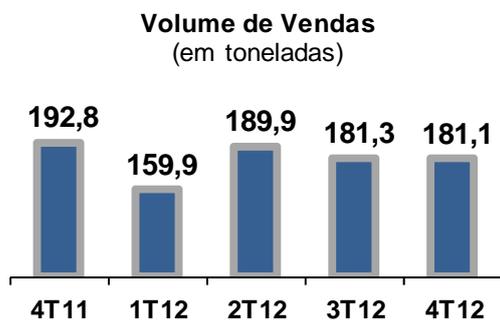
VENDAS

O volume de vendas total atingiu 181,1 mil toneladas no 4T12, recuando 6,1% com relação ao mesmo período de 2011 (192,8 mil toneladas). Em relação ao volume de Consumo, o trimestre foi encerrado com 170,5 mil toneladas, um recuo de 2,4% quando comparado com o 4T11 (174,7 mil toneladas). Destacam-se os crescimentos nas categorias de Massas, Biscoitos, Sobremesas e Fermentos, resultados do posicionamento de nossas marcas, da melhoria na distribuição e no atendimento aos clientes e uma parcela sensível da queda do volume na categoria de Farinhas Doméstica deve-se a mudança de atuação do estado do Rio Grande do Sul com o licenciamento de nossa marca relevante neste estado para uma empresa terceira.

Em 2012, o volume de Consumo foi de 658,9 mil toneladas, permaneceu estável quando comparado com 2011 (659,2 mil toneladas), com destaque para o crescimento nas categorias de Massas (9,7%), Sobremesas (6,5%) e Fermentos (16,7%).

A J.Macêdo continua firme na proteção de suas margens, cumprindo seu papel de líder nas categorias de Farinhas e Misturas na gestão de preços.

Toneladas	4T12	4T11	4T12 X 4T11 (%)	2012	2011	2012 X 2011 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	111.761	117.972	-5,3%	439.424	452.231	-2,8%
Massa	40.505	38.549	5,1%	153.097	139.537	9,7%
Mistura para Bolo	12.050	12.223	-1,4%	43.716	43.600	0,3%
Biscoito	4.815	4.746	1,5%	18.321	19.865	-7,8%
Sobremesa	1.052	953	10,4%	3.049	2.862	6,5%
Fermento	329	262	25,5%	1.243	1.065	16,7%
Subtotal Consumo	170.512	174.705	-2,4%	658.850	659.160	0,0%
Outros	10.542	18.089	-41,7%	53.287	132.719	-59,8%
Total J.Macêdo	181.054	192.794	-6,1%	712.137	791.879	-10,1%



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO – CONSUMO

- **Farinhas:**

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas recuou 7,7% no ano fechado 2012 vs. 2011, enquanto a participação de mercado em volume da J.Macêdo cresceu de 25,7% para 27,0% no final do exercício de 2012.

A categoria de Farinhas Domésticas representou 43,2% da receita bruta do total J. Macêdo Consumo em 2012 (43,9% em 2011). A receita nesta categoria recuou 0,7% de 2011 para 2012, impactada pela retração do mercado e sustentada pelo crescimento de “market share“ da companhia neste seguimento. No 4T12, a receita cresceu 6,2% quando comparada com o mesmo período de 2011, devido a melhores volumes e aumento de preços face ao aumento do custo do trigo. A Companhia continua seguindo a estratégia de melhoria da rentabilidade do negócio de Farinhas e proteção de suas margens.

- **Massas:**

O volume total do mercado comercializado de Massas recuou 0,9% no ano fechado 2012 vs. 2011, segundo a ACNielsen. A participação de mercado em volume da J.Macêdo também cresce de 9,5% para 9,7% no mesmo período.

A categoria de Massas representou 31,0% da receita bruta de consumo da Companhia em 2012 (30,8% em 2011). A receita nesta categoria cresceu 1,6% de 2011 para 2012. No 4T12, a receita cresceu 1,1% quando comparada com o mesmo período de 2011. Buscamos volumes com margens favoráveis, através do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

- **Misturas:**

O volume total do mercado comercializado de Misturas para pães e bolos apresentou retração de 3,6% em volume, segundo a ACNielsen. A participação de mercado em volume da J.Macêdo caiu de 32,8% para 30,7% no ano fechado 2012 vs. 2011.

A categoria de Misturas representou 13,9% da receita bruta do total J. Macêdo Consumo em 2012 (13,5% em 2011). A receita nesta categoria cresceu 3,7% de 2011 para 2012. No 4T12, a receita cresceu 2,2% quando comparada com o mesmo período de 2011.

- Outras categorias:

A categoria de Biscoitos representou 6,8% da receita bruta de consumo da Companhia em 2012 (7,1% em 2011). A receita nesta categoria recuou 2,9% de 2011 para 2012. No 4T12, a receita cresceu 11,7% quando comparada com o mesmo período de 2011.

A categoria de Sobremesas representou 3,3% da receita bruta de consumo da Companhia em 2012 (3,0% em 2011). A receita nesta categoria cresceu 11,9% de 2011 para 2012. No 4T12, a receita cresceu 15,5% quando comparada com o mesmo período de 2011.

A categoria de Fermentos representou 1,9% da receita bruta de consumo da Companhia em 2012 (1,8% em 2011). A receita nesta categoria cresceu 7,4% de 2011 para 2012. No 4T12, a receita cresceu 8,5% quando comparada com o mesmo período de 2011.

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

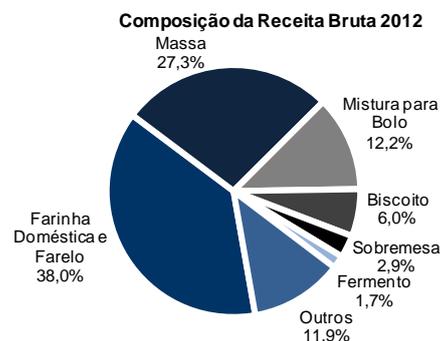
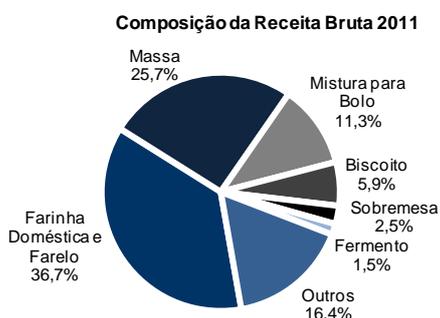
Descrição	4T12	4T11	4T12 X 4T11 (%)	2012	2011	2012 X 2011 (%)
Receita Bruta	373,8	361,5	3,4%	1.341,0	1.399,3	-4,2%
Receita Líquida de Impostos	346,1	321,8	7,6%	1.216,7	1.226,0	-0,8%
Lucro Bruto	112,8	108,0	4,4%	408,4	385,1	6,1%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	32,6%	33,6%	-1,0 p.p.	33,6%	31,4%	2,2 p.p.
Resultado antes do IR	55,6	17,4	219,5%	82,3	32,6	152,5%
Margem Operacional (%)	16,1%	5,4%	10,7 p.p.	6,8%	2,7%	4,1 p.p.
EBITDA*	82,7	67,6	22,3%	82,7	67,6	22,3%
Margem EBITDA (%)*	6,8%	5,5%	1,3 p.p.	6,8%	5,5%	1,3 p.p.

* 12 últimos meses

RECEITA BRUTA

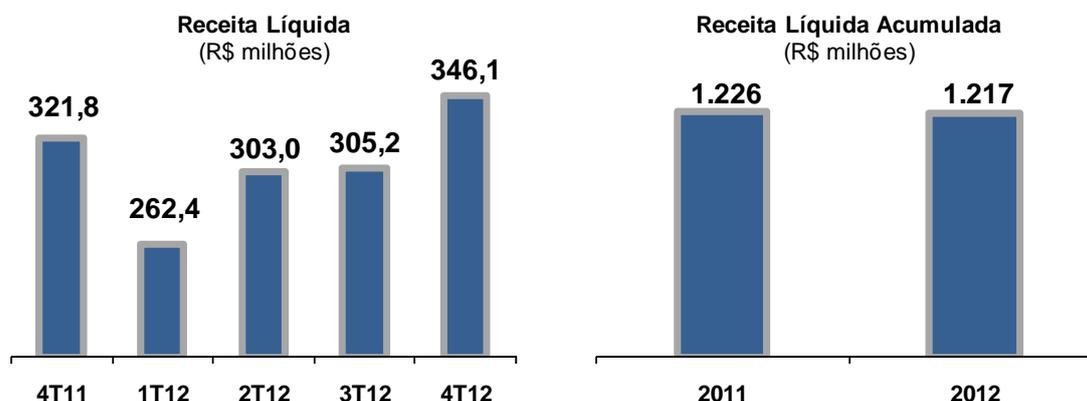
A receita bruta no 4T12 totalizou R\$ 373,8 milhões, apresentando um crescimento de 3,4% em relação aos R\$ 361,5 milhões registrados no 4T11.

Os gráficos a seguir ilustram a composição da receita bruta da Companhia nos anos de 2011 e de 2012:



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da J.Macêdo somou R\$ 346,1 milhões no 4T12, um crescimento de 7,6% em relação ao 4T11 (R\$ 321,8 milhões).



CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

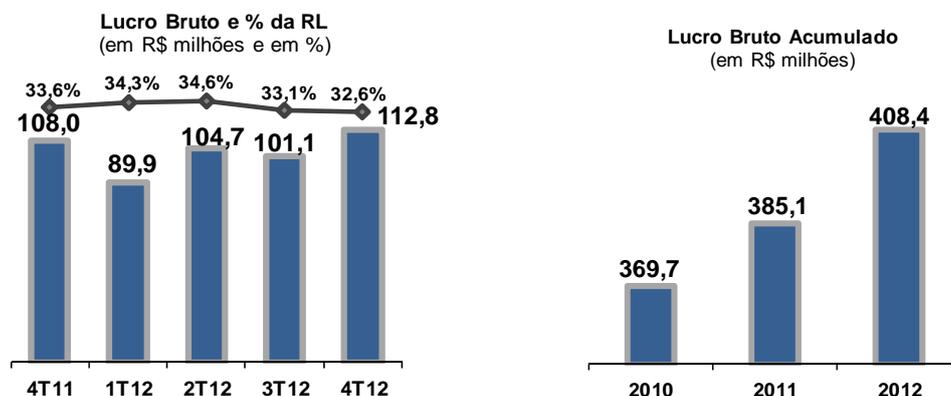
Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 4T12 totalizaram R\$ 233,4, equivalentes a 69,2% da receita líquida, comparados aos R\$ 213,8 milhões (66,4% da receita líquida) registrados no 4T11.

No total do ano de 2012, os custos de bens e/ou serviços vendidos somaram R\$ 808,2 milhões, equivalentes a 66,9% da receita líquida, comparados aos R\$ 840,9 milhões (68,6% da receita líquida) registrados em 2011, uma redução de 3,8%.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 4T12 foi de R\$ 112,8 milhões, um aumento de 4,4% com relação aos R\$ 108,0 milhões registrados no 4T11. No trimestre, este lucro representa 32,6% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 33,6%.

No total do ano de 2012, o lucro bruto foi de R\$ 408,4 milhões, equivalentes a 33,6% da receita líquida, um crescimento de 6,1% quando comparados aos R\$ 385,1 milhões (31,4% da receita líquida) registrados em 2011.



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 4T12 totalizaram R\$ 54,5 milhões, correspondentes a 16,2% da receita líquida do mesmo período, 37,1% abaixo dos R\$ 86,6 milhões registrados no 4T11 (26,9% da receita líquida).

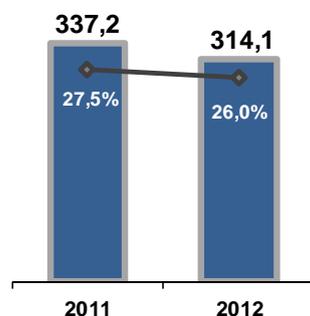
No total do ano de 2012, as despesas operacionais totalizaram R\$ 314,1 milhões, correspondentes a 26,0% da receita líquida do mesmo período, 6,9% abaixo dos R\$ 337,2 milhões registrados no ano de 2011 (27,5% da receita líquida).

As despesas gerais e administrativas são impactadas por despesas com pessoal e serviços de terceiros.

As outras despesas/receitas operacionais são impactadas pelo ajuste de avaliação patrimonial positivo sobre as propriedades para investimentos. No ano de 2012 foi registrado R\$ 37,3 milhões, enquanto que no ano de 2011 o registro foi de R\$ 6,0 milhões.

Despesas Operacionais	4T12	4T11	4T12 X 4T11 (%)	2012	2011	2012 X 2011 (%)
Vendas	(61,1)	(60,7)	0,7%	(225,5)	(222,1)	1,5%
Gerais e Administrativas	(25,4)	(25,8)	-1,6%	(102,7)	(94,9)	8,2%
Honorários da Administração	(1,5)	(1,7)	-11,8%	(6,5)	(6,8)	-4,4%
Depreciação/Amortização	(3,4)	(3,2)	6,3%	(13,5)	(12,7)	6,3%
Outras Despesas/ Receitas	36,9	4,8	N/A	34,1	(0,7)	N/A
Total	(54,5)	(86,6)	-37,1%	(314,1)	(337,2)	-6,9%

Despesas Operacionais e % RL
(em R\$ milhões e em %)



RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	4T12	4T11	4T12 X 4T11 (%)	2012	2011	2012 X 2011 (%)
Receitas Financeiras	7,1	3,8	86,8%	21,4	16,2	32,1%
Despesas Financeiras	(9,8)	(8,2)	19,5%	(34,7)	(33,1)	4,8%
Total	(2,7)	(4,4)	-38,6%	(13,3)	(16,9)	-21,3%

No 4T12, a J.Macêdo registrou resultado financeiro líquido de R\$ 2,7 milhões de despesas, comparado com R\$ 4,4 milhões no 4T11. O resultado líquido financeiro no total do ano de 2012 foi 21,3% inferior ao do ano de 2011.

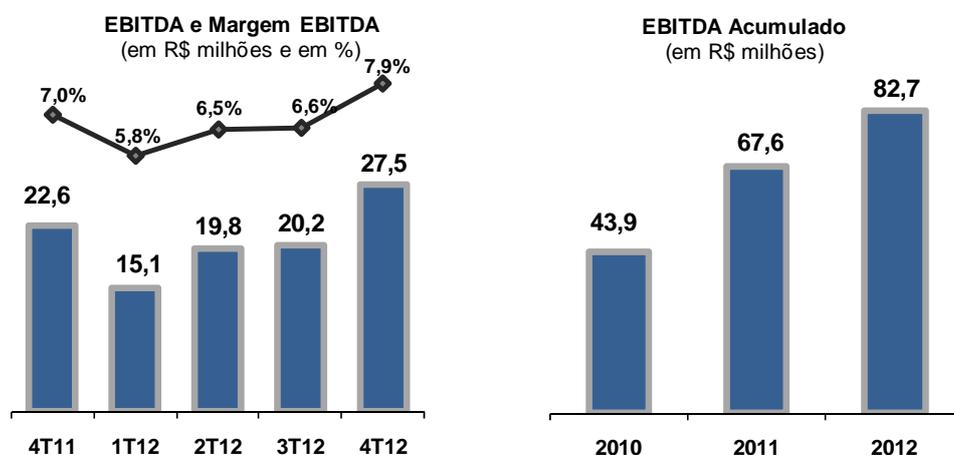
RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

Como consequência dos aspectos comentados anteriormente, a Companhia encerra o 4T12 com lucro operacional de R\$ 55,6 milhões, comparado com o lucro de R\$ 17,4 milhões registrados no 4T11.

O lucro operacional de 2012 somou R\$ 82,3 milhões, 152,5% superior aos R\$ 32,6 milhões realizados em 2011.

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 4T12 totalizou R\$ 27,5 milhões, que representou acréscimo de 21,7% em relação aos R\$ 22,6 milhões no mesmo período do ano passado.

O EBITDA acumulado de doze meses totalizou R\$ 82,7 milhões (margem de 6,8% da receita líquida), acima dos R\$ 67,6 milhões (5,5% da receita líquida) no mesmo período do ano anterior.



Reconciliação do EBITDA Controladora	2012	2011
Lucro antes do IR e CS - LAIR	82,3	32,6
Depreciação/ Amortização Custos	12,2	13,0
Depreciação/ Amortização Despesas	13,5	12,7
Resultado Financeiro	13,3	16,9
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(37,3)	(6,0)
Equivalência	(1,3)	(1,6)
EBITDA	82,7	67,6

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 4T12 foi de R\$ 40,1 milhões, com margem líquida de 11,6%, quando no mesmo período do ano passado o lucro líquido foi de R\$ 13,5 milhões, com margem líquida de 4,2%.

O lucro líquido no total do ano de 2012 fechou em R\$ 61,6 milhões, que representa um aumento de 102,0% quando comparado com R\$ 30,5 milhões do ano 2011.

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	4T12	4T11	4T12 X 4T11 (%)	3T12	2012 X 3T12 (%)
Curto prazo	67,1	41,4	62,1%	49,2	36,4%
Empréstimos e Financiamentos	67,1	41,4	62,1%	49,2	36,4%
Longo prazo	113,2	115,5	-2,0%	96,5	17,3%
Empréstimos e Financiamentos	113,2	115,5	-2,0%	96,5	17,3%
Total Endividamento	180,3	156,9	14,9%	145,7	23,7%
(-) Caixa	(74,0)	(90,4)	-18,1%	(55,9)	32,4%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(10,4)	(5,6)	-	(10,8)	-3,7%
Dívida Líquida	95,9	60,9	57,5%	79,0	21,4%

Indicadores Financeiros	4T12	4T11	4T12 X 4T11 (%)	3T12	2012 X 3T12 (%)
Dívida Líquida/ Ebitda	1,16	0,90	28,9%	1,02	13,7%
Dívida Líquida/ PL	0,25	0,19	31,6%	0,23	8,7%
Endividamento/ Ativo Total	0,24	0,24	0,0%	0,22	9,1%

Nota: Indicadores da Controladora

O endividamento líquido da Companhia no 4T12 foi 57,5% maior que no 4T11. O total da dívida não circulante representava 62,8% do total no 4T12, comparado com 73,6% em dezembro de 2011. Tal crescimento deve-se principalmente ao crescimento de estoques de matéria prima da Companhia frente ao cenário adverso de preços de trigo.

Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida continuaram em patamares robustos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos.

INVESTIMENTOS

No 4T12, o total de investimentos da J.Macêdo em imobilizado para ampliação da capacidade de produção e logística somou R\$ 6,9 milhões, um aumento de 13,1% em relação aos R\$ 6,1 milhões em investimentos no mesmo período de 2011. No acumulado do ano, investimos R\$ 25,3 milhões, representando um acréscimo de 9,5% em relação aos R\$ 23,1 milhões de 2011.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controlada e controlada em conjunto: Pico da Caledônia Empreendimentos e Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Alianças e Parcerias

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos seus acionistas, ao mercado e à sociedade que, em comum acordo com a BUNGE ALIMENTOS S.A., resolveu extinguir, em 01 de março de 2013, o Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes que formalizam o acordo de industrialização recíproca que as partes firmaram em 30 de janeiro de 2004, e aditaram em 03 de julho de 2006. Até 01 de março de 2013 as partes seguirão em parceria observando-se todos os contratos então em vigor.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos vem trabalhando como parceiro estratégico do negócio, na busca de resultados através da gestão de pessoas. Engajamento, desenvolvimento e retenção têm sido desafios permanentes da área.

Em 2012, a Companhia deu atenção especial à capacitação de seus líderes. Através da Motiva, nossa Academia do Conhecimento, gestores de todo o Brasil participaram de treinamentos como o RH para Gestores e o Desenvolvimento de Líderes, ambos com o intuito de ampliar a conscientização sobre a importância do seu papel na gestão da equipe e no impacto financeiro de suas decisões para os resultados da Empresa. Além dos cursos realizados através do Programa Anual de Treinamento, funcionários de várias unidades, áreas e funções participaram do treinamento Embaixadores das Marcas que visa fortalecer os vínculos afetivos do público interno com nossas marcas, ampliando assim sua identificação com a Empresa e estimulando o consumo de nossos produtos.

Perspectivas

A Administração segue seu processo de transformação iniciado em 2011, com consistência na sua trajetória estratégica. Mantém foco contínuo na rentabilização de suas categorias, nos movimentos de mercado e no seu processo de profissionalização e cultura de alta performance. Seguirá construindo uma posição competitiva no mercado, através do baixo custo na cadeia de produção e suprimentos, suportando a melhoria de distribuição de nossos produtos e valorizando nossas marcas através de uma política consistente de preços e marketing. A melhoria da qualidade no atendimento do cliente e do canal, combinada com a maior eficiência na logística e na produção e a reentrada da Companhia no segmento de Panificação são os pilares para o aumento da rentabilidade da Companhia para o exercício de 2013.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas de J.Macêdo S.A., informamos que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Salas 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza, CE - Brasil

Telefone 55 (85) 3307-5100
Fax 55 (85) 3307-5101
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
J. Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da J. Macêdo S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controlada e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 15 de março de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
Caixa e equivalentes a caixa	5	74.087	86.685	73.986	86.191	Obrigações sociais e trabalhistas		19.795	17.012	19.596	16.867
Contas a receber		104.889	91.957	104.793	91.916	Fornecedores	17	37.364	41.055	37.343	41.154
Contas a receber de clientes	7	97.985	85.977	97.921	85.969	Tributos a recolher	19	14.406	16.383	14.333	16.325
Outras contas a receber		6.904	5.980	6.872	5.947	Empréstimos e financiamentos		67.097	41.417	73.709	46.082
Estoques	9	143.592	91.918	143.569	91.895	Com terceiros	18	67.097	41.417	67.097	41.417
Impostos e contribuições sociais a compensar	10	36.904	29.801	36.863	29.771	Com partes relacionadas	8	-	-	6.612	4.665
Despesas antecipadas		2.404	2.896	2.384	2.876	Arrendamentos mercantis financeiros	15.e	-	-	12.359	326
Ativos não circulantes mantidos para venda	13	3.758	-	3.758	-	Dividendos e JCP a pagar	23.f	7.303	-	7.303	-
Instrumentos financeiros derivativos	30	4.068	690	4.068	690	Verbas diretas		3.286	2.919	3.286	2.919
						Frete a pagar		8.308	7.056	8.308	7.056
						Adiantamentos diversos		-	-	-	1.200
						Instrumentos financeiros derivativos	30	942	-	942	-
						Outras contas a pagar	20	22.579	21.913	22.554	21.913
Total do ativo circulante		369.702	303.947	369.421	303.339	Total do passivo circulante		181.080	147.755	199.733	153.842
Títulos disponíveis para venda	6	-	4.159	-	4.159	Empréstimos e financiamentos	18	113.225	115.502	113.225	115.502
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	8	2.792	3.903	2.792	3.903	Com terceiros	18	113.225	115.502	113.225	115.502
Outros ativos não circulantes		17.425	15.630	17.425	15.630	Arrendamentos mercantis financeiros	15.e	-	-	-	12.359
Ativos não circulantes mantidos para venda	13	-	915	-	915	Tributos a recolher	19	7.729	8.646	7.729	8.646
Impostos e contribuições sociais a compensar	10	10.145	9.774	10.145	9.774	Outras contas a pagar	20	9.237	8.787	9.237	8.787
Instrumentos financeiros derivativos	30	7.280	4.941	7.280	4.941	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	34.005	17.383	31.564	14.942
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	28.243	27.650	28.243	27.650	Provisão para contingências	21	7.762	10.711	7.762	10.711
Outras contas a receber		6.339	5.418	6.317	5.395	Total do passivo não circulante		171.958	161.029	169.517	170.947
Investimentos		60.746	23.464	94.735	57.644	Patrimônio líquido	23				
Participações societárias	12	64	64	34.053	34.244	Capital social		197.873	197.873	197.873	197.873
Propriedades para investimentos	14	60.682	23.400	60.682	23.400	Reservas de capital		601	601	601	601
Imobilizado	15	230.498	228.270	219.399	217.100	Reserva de lucros		157.579	102.831	157.579	102.831
Intangível	16	17.479	22.243	11.080	15.845	Ajustes de avaliação patrimonial		24.109	24.571	24.109	24.571
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		380.162	325.876	380.162	325.876
Total do ativo não circulante		363.522	330.737	379.991	347.326	Participação de não controladores		24	24	-	-
Total do ativo		733.224	634.684	749.412	650.665	Total do patrimônio líquido		380.186	325.900	380.162	325.876
						Total do passivo		353.038	308.784	369.250	324.789
						Total do passivo e patrimônio líquido		733.224	634.684	749.412	650.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
Operações em continuidade					
Receita líquida de vendas	25	1.217.785	1.226.979	1.216.653	1.226.026
Custo das vendas	26	<u>(808.712)</u>	<u>(840.495)</u>	<u>(808.208)</u>	<u>(840.882)</u>
Lucro bruto		<u>409.073</u>	<u>386.484</u>	<u>408.445</u>	<u>385.144</u>
Despesas com vendas	26	(225.545)	(222.125)	(225.545)	(222.125)
Despesas gerais e administrativas	26	(103.057)	(95.443)	(102.739)	(94.930)
Honorários da administração	8	(6.510)	(6.797)	(6.510)	(6.797)
Depreciação e amortização	26	(13.663)	(12.841)	(13.479)	(12.660)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	27	34.144	(656)	34.144	(676)
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	-	1.343	1.600
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>94.442</u>	<u>48.622</u>	<u>95.659</u>	<u>49.556</u>
Receitas financeiras	28	21.412	16.258	21.353	16.226
Despesas financeiras	28	<u>(33.238)</u>	<u>(31.670)</u>	<u>(34.670)</u>	<u>(33.124)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		<u>(11.826)</u>	<u>(15.412)</u>	<u>(13.317)</u>	<u>(16.898)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>82.616</u>	<u>33.210</u>	<u>82.342</u>	<u>32.658</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	11	(4.998)	(1.770)	(4.724)	(1.218)
Diferido	11	<u>(16.029)</u>	<u>(933)</u>	<u>(16.029)</u>	<u>(933)</u>
		<u>(21.027)</u>	<u>(2.703)</u>	<u>(20.753)</u>	<u>(2.151)</u>
Resultado líquido das operações em continuidade		<u>61.589</u>	<u>30.507</u>	<u>61.589</u>	<u>30.507</u>
Resultado do exercício		<u>61.589</u>	<u>30.507</u>	<u>61.589</u>	<u>30.507</u>
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	24			2,82	1,40
Quantidade de ações em circulação no final do exercício:					
Ordinárias				11.496.411	11.496.411
Preferenciais				<u>10.335.786</u>	<u>10.335.786</u>
				<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2012	2011	2012	2011
Resultado do exercício	61.589	30.507	61.589	30.507
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>61.589</u>	<u>30.507</u>	<u>61.589</u>	<u>30.507</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	61.589	30.507	61.589	30.507
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>61.589</u>	<u>30.507</u>	<u>61.589</u>	<u>30.507</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Reserva de Capital		Reserva de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Incentivos fiscais	Própria	Investida				
Saldos em 1 de janeiro de 2011	197.873	601	6.643	-	65.071	21.522	4.733	-	296.443	24	296.467
Outros resultados abrangentes											-
Realização do custo atribuído e outros	-	-	-	-	-	(1.684)	-	610	(1.074)	-	(1.074)
Lucro líquido do exercício								30.507	30.507	-	30.507
Destinação do lucro											
Constituição de reserva legal (Nota 23f)	-	-	1.526	-	-	-	-	(1.526)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 22)	-	-	-	-	29.591	-	-	(29.591)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	197.873	601	8.169	-	94.662	19.838	4.733	-	325.876	24	325.900
Outros resultados abrangentes											-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(462)	-	462	-	-	-
Lucro líquido do exercício								61.589	61.589	-	61.589
Destinação do lucro											
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(7.303)	(7.303)	-	(7.303)
Constituição de reserva legal (Nota 23f)	-	-	3.079	-	-	-	-	(3.079)	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	21.908	-	-	-	(21.908)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 22)	-	-	-	-	29.761	-	-	(29.761)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	197.873	601	11.248	21.908	124.423	19.376	4.733	-	380.162	24	380.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	61.589	30.507	61.589	30.507
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	24.985	24.387	24.914	24.206
Equivalência patrimonial	-	-	(1.343)	(1.600)
Resultado de ativo imobilizado baixado	1.694	(379)	1.694	(380)
Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	1.105	(24)	1.105	(24)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	881	1.606	881	1.606
Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	1.024	(60)	1.024	(60)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	13.914	24.496	13.587	24.196
Constituição de IR e CS diferidos	16.029	933	16.029	933
Valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	(38.836)	(6.000)	(38.836)	(6.000)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(12.994)	(9.296)	(13.057)	(9.297)
Estoques	(52.698)	15.759	(52.698)	15.782
Impostos e contribuições sociais a compensar	(7.473)	(1.264)	(7.463)	(1.256)
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	1.111	(702)	1.111	(702)
Títulos disponíveis para venda	4.159	-	4.159	-
Outros créditos	(1.355)	(8.993)	(1.355)	(9.013)
Fornecedores	(3.810)	(64)	(3.811)	(74)
Tributos a recolher	(2.895)	(6.439)	(2.909)	(6.440)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.783	3.894	2.729	3.873
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	-	-	747	101
Fretes a pagar	1.252	1.060	1.252	1.060
Provisão para contingências	(4.370)	-	(4.370)	-
Outras contas a pagar	1.483	(3.858)	1.459	(3.831)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	7.578	65.563	6.438	63.587
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Intangível	(1.730)	(1.713)	(1.730)	(1.713)
Imobilizado	(25.255)	(23.137)	(25.255)	(23.137)
Recebimento de dividendos	-	-	1.533	1.861
Valor da venda de ativo imobilizado	-	4.433	-	4.433
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(26.985)	(20.417)	(25.452)	(18.556)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	90.984	84.124	90.984	84.124
Dividendos distribuídos	-	(13.744)	-	(13.742)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(66.877)	(54.677)	(66.877)	(54.677)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(8.562)	(11.711)	(8.562)	(11.711)
Amortização de principal de instrumentos financeiros derivativos	(4.494)	(1.027)	(4.494)	(1.027)
Amortização de juros de instrumentos financeiros derivativos	(4.242)	(285)	(4.242)	(285)
Amortização do principal de debêntures	-	(29.577)	-	(29.578)
Amortização de juros de debêntures	-	(2.753)	-	(2.753)
Caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	6.809	(29.650)	6.809	(29.649)
(Redução) aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa	(12.598)	15.496	(12.205)	15.382
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	86.685	71.189	86.191	70.809
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	74.087	86.685	73.986	86.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011 Reapresentado*	2012	2011 Reapresentado*
Receitas	1.368.301	1.381.095	1.366.189	1.379.196
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.343.069	1.401.185	1.340.961	1.399.315
(-) Abatimentos e descontos	(14.760)	(25.056)	(14.760)	(25.056)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão/ (constituição)	(1.017)	(748)	(1.017)	(748)
Outras receitas	41.009	5.714	41.005	5.685
Insumos adquiridos de terceiros	1.018.986	1.054.518	1.017.836	1.054.262
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	749.466	783.997	748.516	784.119
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	260.937	261.891	260.831	261.578
Perda/ recuperação de valores ativos	912	1.566	912	1.566
Outros	7.671	7.064	7.577	6.999
Valor adicionado bruto	349.315	326.577	348.353	324.934
Depreciação e amortização	25.156	24.579	24.972	24.398
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	324.159	301.998	323.381	300.536
Valor adicionado recebido em transferência	21.411	18.083	22.695	19.653
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.343	1.600
Receitas financeiras	21.411	18.083	21.352	18.053
Valor adicionado total a distribuir	345.570	320.081	346.076	320.189
Distribuição do valor adicionado	345.570	320.081	346.076	320.189
Pessoal	130.434	118.529	130.334	118.433
Remuneração direta	82.909	74.808	82.837	74.741
Honorários da administração	6.510	6.797	6.510	6.797
Benefícios	22.566	21.237	22.559	21.229
FGTS	8.024	7.033	8.024	7.033
Participação dos empregados nos lucros	7.724	5.624	7.724	5.624
Outros gastos	2.701	3.030	2.680	3.009
Impostos, taxas e contribuições	105.042	123.091	104.217	121.882
Federais	49.656	50.288	48.992	49.251
Estaduais	53.567	71.117	53.567	71.117
Municipais	1.819	1.686	1.658	1.514
Remuneração de capitais de terceiros	48.475	47.929	49.936	49.367
Despesas financeiras	33.208	33.472	34.669	34.952
Aluguéis e leasing	15.267	14.457	15.267	14.415
Remuneração de capitais próprios	61.619	30.532	61.589	30.507
Juros sobre capital próprio e dividendos	30	25	-	-
Lucros retidos no exercício	61.589	30.507	61.589	30.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia controlada e controlada em conjunto

a. Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e comercialização de farinhas de trigo para o consumo doméstico, misturas prontas para bolo, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos para uso doméstico, segregados por categorias de negócios, entre elas farinhas, massas, misturas para bolo e sobremesas vendidas, principalmente, sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões nordeste, sudeste e sul, e centros de distribuição por todo o Brasil, com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, sua controlada e controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

b. Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.

A Companhia tem Contrato de Industrialização por Encomenda com a Bunge Alimentos S.A. formalizando um acordo de industrialização recíproca, datado de 30 de janeiro de 2004 e aditado em 3 de julho de 2006, até março de 2013, pelo qual a Bunge Alimentos S.A. produz para a J. Macêdo S.A. farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos e, a J. Macêdo S.A. produz para a Bunge Alimentos farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e *food service*), em caráter complementar às suas respectivas atividades.

Em 6 de junho de 2012, a Companhia divulgou Fato Relevante, no qual comunicou a extinção do Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes que formalizavam o acordo de industrialização recíproca.

c. Desativação de unidade

Por decisões estratégicas da Companhia, em 7 de maio de 2012, foram paralisadas as atividades de produção da filial situada no Município de Cabedelo, PB. O volume de produção realizado por esta unidade foi transferido para as unidades da Companhia situadas em Maceió, AL e Salvador, BA e industrialização por encomenda nos estados da Paraíba e de Pernambuco. Esta transação resultou em despesas de desativação não significativas.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com as normas IFRS e BRGAAP

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As informações anuais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As informações anuais individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controlada e controlada em conjunto (joint venture) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 14 de março de 2013.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo; e
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros e propriedades de investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da

provisão para redução ao valor recuperável, benefícios a empregados, utilização de prazos fiscais, contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada e controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		2012	2011
Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. (“Tergran”)	Brasil	33,3	33,33
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A (“Pico da Caledônia”)	Brasil	99,9	99,9

Tergran (sociedade de capital fechado) - investimento efetuado em conjunto com Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como controle em conjunto. A Tergran é uma empresa de propósito específico, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de “Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. A Pico da Caledônia é uma empresa cujo objeto social é a industrialização de farinha e farelo de trigo e seus respectivos sucedâneos, subprodutos e resíduos de valor econômico; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios e ou de terceiros. Seu capital social foi subscrito, em 2006, por bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

A controlada em conjunto Tergran é consolidada proporcionalmente e a controlada Pico da Caledônia é consolidada integralmente. As demonstrações financeiras da controlada e controlada em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todas as transações intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados são eliminados por completo.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detidas pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

3.2 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos de sua controlada e controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma empresa sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada e controlada em conjunto. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada e controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a controlada e controlada em conjunto, quando aplicável, são eliminadas de acordo com a participação mantida na controlada e controlada em conjunto.

As demonstrações financeiras da controlada e controlada em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando ocorrer perda de controle sobre a controlada e controlada em conjunto, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de controle e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

3.3 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de instrumentos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes, exceto no caso de

redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado.

3.4 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais e reconhecidos em deduções da receita e tributos sobre o lucro.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades

tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

3.5 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida ao valor justo e registrado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos nas demonstrações financeiras ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se:

- As características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; e
- O instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “swap”, demonstradas na Nota 30.

Instrumentos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros não derivativos somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente registrados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) passivos financeiros não derivativos.

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pelo Grupo empréstimos e recebíveis que compreendem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e empréstimos e recebíveis com outras partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros não derivativos reconhecidos pelo Grupo são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a outras partes relacionadas.

a. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial e quando o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo. Aplicações financeiras são reconhecidas nesta categoria.

b. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como

equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

c. Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis.

d. Passivos financeiros ao custo amortizado

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas, ou pagas.

e. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.7 Ativo mantido para venda

Os ativos são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda.

Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, no circulante, os ativos são remensurados conforme as políticas contábeis do Grupo, pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado. Os ganhos não são reconhecidos em excesso sobre qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável.

3.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.9 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

A Companhia optou por reavaliar os terrenos, edificações/ instalações, máquinas e equipamentos, pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais.

A movimentação no ano de 2012 corresponde à depreciação da mais valia.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.10 Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos são registrados como encargos financeiros e redução de passivo resultando na obtenção de taxa de juros constante que é aplicada sobre o saldo remanescente desse passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.11 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.12 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de

perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Na data de cada demonstração financeira, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são

reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. *Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos a valor justo e impostos diferidos)*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações financeiras, líquida de qualquer reembolso.

3.15 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.16 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis), que estão reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida

3.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em

consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa média de juros implícita, nos contratos com respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.18 Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média de ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor no exercício apresentado, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

3.19 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, massas, mistura para bolo, biscoitos, sobremesas e fermento. Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.20 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.21 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (emitido em 2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (emitido em 2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para

endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma. Esta norma possui vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 e não resultará em impactos relevantes para o Grupo.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Acordos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações sobre Participações em Outras Entidades

O IFRS 10 (CPC 36 - R3) fornece um modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas.

De acordo com o IFRS 11 (CPC 19 - R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, conseqüentemente, da contabilização subsequente, destacando-se que:

- A participação do Grupo em uma operação em conjunto, que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, será contabilizada com base na participação do Grupo sobre esses ativos e passivos; e
- A participação do Grupo em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture), que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos líquidos, será registrado por equivalência patrimonial.

O IFRS 12 (CPC 45) consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controladas, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas. Esta norma requer a divulgação da informação sobre a natureza, riscos e efeitos financeiros dessas participações.

Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Os impactos relevantes gerados pela aplicação destas normas estão apresentados na Nota 32.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

O IFRS 13 (CPC 46) contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRSs. Sujeita a exceções limitadas, esta norma se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. Esta norma possui vigência a partir de 1º de janeiro de 2013 e não resultará em impactos relevantes para a Companhia.

Alterações ao IAS 19 - Benefícios a Empregados

O IAS 19 (CPC 33 - R1) define que ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Esta mudança vai:

- Remover o método corredor e, portanto, deverá ter um efeito significativo sobre as entidades que atualmente aplicam este método para reconhecer ganhos e perdas atuariais; e
- Eliminar a possibilidade de entidades a reconhecer todas as alterações na obrigação de benefício definido e nos ativos do plano no lucro ou perda, que atualmente é permitido pela IAS 19.

Esta norma possui vigência a partir de 1º de janeiro de 2013 e não resultará em impactos relevantes para a Companhia.

4 Reclassificações

4.1 Imobilizado

Conforme demonstrado na nota 15, a Companhia reclassificou o saldo de benfeitorias em bens de terceiros para o grupo de edificações visando adequar a apresentação do ativo imobilizado de acordo com sua natureza. O resultado da reclassificação não teve efeitos no patrimônio e no resultado da Companhia.

Reconciliação da nota explicativa

	2011					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual
Terrenos	11.490	-	11.490	21.018	-	21.018
Edificações e outros imóveis	76.491	8.412	84.903	77.700	8.412	86.112
Benfeitorias em bens de terceiros	8.412	(8.412)	-	8.412	(8.412)	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	98.448	-	98.448	98.872	-	98.872
Instalações	6.846	-	6.846	6.849	-	6.849
Móveis e utensílios	3.586	-	3.586	3.595	-	3.595
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.121	-	2.121	2.118	-	2.118
Veículos	5.046	-	5.046	5.046	-	5.046
Outros	2.722	-	2.722	2.722	-	2.722
Imobilizado em andamento	1.364	-	1.364	1.364	-	1.364
Adiantamento a fornecedores	574	-	574	574	-	574
Total	217.100	-	217.100	228.270	-	228.270

4.2 Demonstração do valor adicionado

O Grupo reclassificou valores contidos no custo dos produtos vendidos (CPV), com a finalidade de adequá-los à sua natureza, conforme determina o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. O resultado da reclassificação não teve efeitos no patrimônio e no resultado da Companhia.

Reconciliação do demonstrativo

	2011					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual
1 - Receitas	1.379.890	694	1.379.196	1.381.525	430	1.381.095
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(1.014.276)	39.986	(1.054.262)	(1.014.247)	40.271	(1.054.518)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	365.614	40.680	324.934	367.278	40.701	326.577
4 - Depreciação, amortização e exaustão	(12.660)	11.738	(24.398)	(12.841)	11.738	(24.579)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	352.954	52.418	300.536	354.437	52.439	301.998
6 - Valor recebido em transferência	17.826	(1.827)	19.653	16.258	(1.825)	18.083
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+ 6)	370.780	50.591	320.189	370.695	50.614	320.081
8 - Distribuição do valor adicionado	370.780	50.591	320.189	370.695	50.614	320.081
8.1) Pessoal	118.434	1	118.433	118.527	(2)	118.529
8.2) Impostos, taxas e contribuições	174.375	52.493	121.882	175.584	52.493	123.091
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	47.464	(1.903)	49.367	46.052	(1.877)	47.929
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	30.507	-	30.507	30.532	-	30.532

5 Caixa e equivalentes a caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Bancos conta movimento	7.280	3.709	7.292	3.898
Aplicações financeiras:				
Circulante:				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	<u>66.706</u>	<u>82.482</u>	<u>66.795</u>	<u>82.787</u>
	<u>73.986</u>	<u>86.191</u>	<u>74.087</u>	<u>86.685</u>

As aplicações financeiras em renda fixa se referem exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,65% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (2011: 101,82%) e estão destinadas à negociação imediata. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

Para elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa, o Grupo considera como caixa e equivalentes a caixa, saldo de depósitos bancários e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação.

6 Títulos disponíveis para venda

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Não circulante:				
Fundos de renda fixa	-	3.421	-	3.421
CDB - Certificado de Depósito Bancário	<u>-</u>	<u>738</u>	<u>-</u>	<u>738</u>
	<u>-</u>	<u>4.159</u>	<u>-</u>	<u>4.159</u>

Em 31 de dezembro de 2011 as aplicações financeiras se referiam, substancialmente, aos fundos de renda fixa financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário.

7 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Clientes no país	106.660	93.603	106.724	93.611
Desconto de verbas contratuais	(6.805)	(6.747)	(6.805)	(6.747)
Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(1.934)</u>	<u>(887)</u>	<u>(1.934)</u>	<u>(887)</u>
	<u>97.921</u>	<u>85.969</u>	<u>97.985</u>	<u>85.977</u>

O desconto de verbas contratuais representam descontos condicionais que serão concedidos em função da data de pagamento da fatura.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Prazo:				
Valores a vencer:	101.620	90.505	101.684	90.513
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	2.637	1.767	2.637	1.767
de 31 a 60 dias	203	220	203	220
de 61 a 90 dias	137	179	137	179
Acima de 90 dias	<u>2.063</u>	<u>932</u>	<u>2.063</u>	<u>932</u>
	<u>106.660</u>	<u>93.603</u>	<u>106.724</u>	<u>93.611</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está assim representada:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	2012	2011
Saldo inicial	(887)	(911)
Constituição de provisão	(1.359)	(748)
Reversões e baixas	<u>312</u>	<u>772</u>
Saldo final	<u>(1.934)</u>	<u>(887)</u>

8 Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas

Companhias	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Ativo não circulante - Empréstimos e recebíveis				
J. Macêdo Alimentos S.A.	<u>2.792</u>	<u>3.903</u>	<u>2.792</u>	<u>3.903</u>
	<u>2.792</u>	<u>3.903</u>	<u>2.792</u>	<u>3.903</u>
Passivo circulante - Empréstimos e recebíveis				
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	5.412	4.665	-	-
Tergran	<u>1.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>6.612</u>	<u>4.665</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J. Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J. Macêdo Alimentos S.A.
- J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

Participação conjunta na qual a Companhia é uma das participantes

- Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.

Outras partes relacionadas

A empresa CIPOLIN S.A., com sede no Uruguai, faz o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na Notas 1 e 3.1.

Os moinhos da Pico da Caledônia são parte integrante do acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.

Sobre os saldos de Recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização. Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J. Macêdo, e sobre estes valores não incide qualquer encargo financeiro.

O quadro a seguir apresenta o valor total das transações realizadas, com efeito no resultado, com as partes relacionadas nos exercícios em questão:

	Aquisição de materiais e serviços			
	Controladora		Consolidado	
Companhias	2012	2011	2012	2011
Cipolin S.A. ⁽¹⁾	133.580	101.489	133.580	101.489
Pico da Caledônia	1.914	1.937	-	-
Tergran	1.466	1.834	-	-
	<u>136.960</u>	<u>105.260</u>	<u>133.580</u>	<u>101.489</u>

- (1) Importação de trigo da Argentina, Uruguai e Paraguai, a preço de mercado. Essas operações são liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias.

As operações entre as partes relacionadas, conforme já mencionado, são realizadas em condições semelhantes àsquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação.

Contratos de arrendamento

- I.** Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge. Ao final da aliança, o contrato de arrendamento será eliminado com a incorporação desta controlada no primeiro semestre de 2013 ; e
- II.** Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

Existem transações de arrendamento mercantil entre partes relacionadas, conforme detalhado na nota 15e.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.083 (R\$ 13.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício de 2012, as despesas com honorários da administração foram de R\$ 6.510 (2011: R\$ 6.797). A provisão para participação nos resultados segue demonstrada na Nota 29.

Avais e garantias

A Companhia concedeu garantia de fiança bancária para a J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações, a qual foi baixada em julho de 2012.

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por títulos das contas a receber de clientes, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais de nossa controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando mais do que 12,25% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados na nota 18.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	30.598	33.203	30.598	33.203
Matérias primas	32.597	30.955	32.597	30.955
Materiais de produção	10.589	16.474	10.589	16.474

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Materiais de manutenção e outros	5.337	5.186	5.360	5.209
Produtos em processo	852	1.429	852	1.429
Importações em andamento	34.751	1.704	34.751	1.704
Adiantamentos a fornecedor (a)	28.845	2.944	28.845	2.944
	<u>143.569</u>	<u>91.895</u>	<u>143.592</u>	<u>91.918</u>

- (a) Substancialmente representados por adiantamentos a fornecedores de trigo que são liquidados em média em 30 dias.

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de matéria prima e produtos acabados. Segue abaixo a movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	Controladora e consolidado	
	2012	2011
Saldo inicial	(791)	(851)
Adições	(5.395)	(6.987)
Reversões	4.371	7.047
Saldo final	<u>(1.815)</u>	<u>(791)</u>

10 Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora					
	2012			2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	13.750	4.539	18.289	8.134	2.547	10.681
ICMS a apropriar (b)	5.533	3.458	8.991	7.268	4.098	11.366
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.034	1.647	2.681	2.181	1.272	3.453
Imposto de renda a compensar	4.199	-	4.199	2.203	-	2.203
Contribuição social a compensar	425	-	425	101	-	101
PIS a compensar (c)	1.995	89	2.084	1.563	335	1.898
COFINS a compensar (c)	9.149	412	9.561	7.637	1.522	9.159
Outros impostos e contribuições	778	-	778	684	-	684
	<u>36.863</u>	<u>10.145</u>	<u>47.008</u>	<u>29.771</u>	<u>9.774</u>	<u>39.545</u>

	Consolidado					
	2012			2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir	13.750	4.539	18.289	8.134	2.547	10.681
ICMS a apropriar	5.533	3.458	8.991	7.268	4.098	11.366
ICMS decorrente da compra de ativo imobilizado	1.034	1.647	2.681	2.181	1.272	3.453
Imposto de renda a compensar	4.240	-	4.240	2.233	-	2.233
Contribuição social a compensar	425	-	425	101	-	101
PIS a compensar	1.995	89	2.084	1.563	335	1.898
COFINS a compensar	9.149	412	9.561	7.637	1.522	9.159
Outros impostos e contribuições	778	-	778	684	-	684
	<u>36.904</u>	<u>10.145</u>	<u>47.049</u>	<u>29.801</u>	<u>9.774</u>	<u>39.575</u>

Os impostos e contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Refere-se substancialmente a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ n°s 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária;
- (b) Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS substituição tributária que será apropriado no momento da venda; e
- (c) Créditos decorrentes de pagamento a maior e sobre aquisição de insumos.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	19.372	21.307	19.372	21.307
Diferenças temporárias:			-	
Provisão para perda ao valor recuperável	538	247	538	247
Provisão para perdas com estoques	505	220	505	220
Provisão para contingências	2.159	2.979	2.159	2.979
Programa de participação nos resultados	1.879	1.252	1.879	1.252
Perda operação "swap"	2.783	232	2.783	232
Outras provisões	1.007	1.413	1.007	1.413
Total diferido ativo	<u>28.243</u>	<u>27.650</u>	<u>28.243</u>	<u>27.650</u>
Ágio Chiarini	(1.186)	(830)	(1.186)	(830)
Ganho operação "swap"	(5.626)	(1.798)	(5.626)	(1.798)
Ajuste de avaliação patrimonial	(10.036)	(10.274)	(12.477)	(12.715)
Valor justo propriedades para investimentos	(14.716)	(2.040)	(14.716)	(2.040)
Total diferido passivo	<u>(31.564)</u>	<u>(14.942)</u>	<u>(34.005)</u>	<u>(17.383)</u>

Reconciliação do diferido

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	12.708	13.085	10.267	10.644
Constituição/realização	(1.935)	3.012	(1.935)	3.243
Compensação lucro real	(23)	(440)	(23)	(440)
Perda operação "swap"	2.551	231	2.551	-
Compensações/ Reversão Refis IV (Nota 19)	-	675	-	675
Total movimentação diferido ativo	13.301	16.563	10.860	14.122
Realização de ajuste avaliação patrimonial	238	813	238	813
Ganho operação "swap"	(3.828)	(1.798)	(3.828)	(1.798)
Ágio Chiarini	(356)	(830)	(356)	(830)
Valor justo propriedade para investimentos	(12.676)	(2.040)	(12.676)	(2.040)
Total movimentação diferido passivo	(16.622)	(3.855)	(16.622)	(3.855)
	(3.321)	12.708	(5.762)	10.267

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Corrente				
Imposto de renda	(3.189)	(921)	(3.463)	(1.319)
Contribuição social	(1.535)	(297)	(1.535)	(451)
	(4.724)	(1.218)	(4.998)	(1.770)
Diferidos				
Imposto de renda	(11.646)	(1.023)	(11.646)	(1.023)
Contribuição social	(4.383)	90	(4.383)	90
	(16.029)	(933)	(16.029)	(933)
	(20.753)	(2.151)	(21.027)	(2.703)

Reconciliação da taxa efetiva

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	82.342	32.658	82.616	33.210
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	27.996	11.104	28.089	11.104
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	1.749	1.198	1.749	1.198
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	4.360	1.496	4.360	1.496
Adições temporárias				
Provisões temporárias	7.200	8.135	7.200	8.135
Imposto de Renda e Contribuição Social diferida sobre adições temporárias				
Receitas de realizações futuras	12.676	2.040	12.676	2.040
Outros itens	2.700	(1.107)	2.700	(1.107)
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(17.811)	(4.238)	(17.811)	(4.238)
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	(5.938)	(5.034)	(5.938)	(5.034)
Ganho de incentivos fiscais	(8.962)	(8.874)	(8.962)	(8.874)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(1.999)	(564)	(1.999)	(564)
Ajustes negativo do imposto de renda de exercícios anteriores	183	-	183	-
Outros	(1.401)	(2.005)	(1.220)	(1.453)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>20.753</u>	<u>2.151</u>	<u>21.027</u>	<u>2.703</u>
Alíquota efetiva	<u>25,20%</u>	<u>6,59%</u>	<u>25,45%</u>	<u>8,14%</u>

12 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Participações em empresas controlada e controlada em conjunto	27.590	27.781	-	-
Ágio (Nota 16)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	<u>34.053</u>	<u>34.244</u>	<u>64</u>	<u>64</u>

	2012		2011	
	Tergran	Pico da Caledônia	Tergran	Pico da Caledônia
Informações sobre as investidas:				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	2.193.000	999
Participação no capital total e votante:	33,33%	99,90%	33,33%	99,90%
Ativo circulante	4.336	387	5.420	446
Ativo não circulante	4.897	26.908	5.109	26.514
Total de ativos	9.233	27.295	10.529	26.960
Passivo circulante	766	62	524	50
Passivo não circulante	-	2.441	-	2.441
Total de passivos	766	2.503	524	2.491
Capital social	9.204	18.389	9.204	18.389
Patrimônio líquido (Prejuízo) lucro líquido do exercício	8.467 (763)	24.792 1.598	10.005 775	24.469 1.342

	2012			2011
	Tergran	Pico da Caledônia	Total	Total
Movimentação dos investimentos				
Saldo inicial	3.335	24.446	27.781	28.045
Distribuição de lucros	(259)	(1.274)	(1.533)	(1.861)
Equivalência patrimonial	(254)	1.597	1.343	1.600
Outros	-	(1)	(1)	(3)
Saldo final	2.822	24.768	27.590	27.781

13 Ativos não circulante mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos mantidos para venda correspondem a um terreno recebido como quitação de dívida, no montante de R\$ 915 (2011: R\$ 915), situado em Bayeux - PB; e aos ativos da Unidade de Cabedelo, cuja operação foi paralisada, conforme descrito na Nota 1c, transferidos do ativo imobilizado, pelo valor contábil até então registrado, ou seja, ao custo deduzido da depreciação, no total de R\$ 2.843.

Em 2012 o saldo total de ativos mantidos para a venda foi de R\$ 3.758 (2011: 915). Nos períodos apresentados, não há perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

14 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas pela empresa Banco Nacional de Avaliações Ltda., avaliadores independentes sediados no estado do Ceará, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com as partes 1 e 2 da NBR 14653.

Os imóveis registrados como Propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

	Controladora	
	2012	2011
Saldo inicial	23.400	17.400
Ganho líquido de ajuste a valor justo	37.282	6.000
Saldo final	60.682	23.400

15 Imobilizado

a. Controladora

a.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	9.693	-	9.693	11.490	-	11.490
Edificações e outros imóveis	3,18	155.186	(71.743)	83.443	154.937	(70.034)	84.903
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,38	189.236	(89.641)	99.595	181.039	(82.591)	98.448
Instalações	9,97	11.316	(4.040)	7.276	10.246	(3.400)	6.846
Móveis e utensílios	9,86	7.496	(5.089)	2.407	9.855	(6.269)	3.586
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	23,28	7.123	(5.438)	1.685	6.801	(4.680)	2.121
Veículos	15,64	5.457	(998)	4.459	5.289	(243)	5.046
Outros	14,41	5.125	(1.962)	3.163	3.709	(987)	2.722
		390.632	(178.911)	211.721	383.366	(168.204)	215.162
Imobilizado em andamento	-	6.341		6.341	1.364	-	1.364
Adiantamento a fornecedores	-	1.337		1.337	574	-	574
		398.310	(178.911)	219.399	385.304	(168.204)	217.100

a.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2011	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2012
Terrenos	11.490	-	-	(1.797)	-	9.693
Edificações e outros imóveis	84.903	2.848	-	(425)	(3.883)	83.443
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	98.448	11.313	(528)	424	(10.062)	99.595
Instalações	6.846	1.071	-	322	(963)	7.276
Móveis e utensílios	3.586	319	(5)	(1.115)	(378)	2.407
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.121	385	-	14	(835)	1.685
Veículos	5.046	169	-	(2)	(754)	4.459
Outros	2.722	1.068	(573)	762	(816)	3.163
Imobilizado em andamento	1.364	6.770	-	(1.793)	-	6.341
Adiantamento a fornecedores	574	1.312	(588)	39	-	1.337
	<u>217.100</u>	<u>25.255</u>	<u>(1.694)</u>	<u>(3.571)</u>	<u>(17.691)</u>	<u>219.399</u>

Em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado para ativo não circulante mantido para venda, o valor correspondente aos bens vinculados a unidade industrial de Cabedelo, objeto de desativação pela Companhia, conforme comentado na Nota 1c.

b. Consolidado

b.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	19.183	-	19.183	21.018	-	21.018
Edificações e outros imóveis	3,18	157.951	(73.365)	84.586	157.697	(71.585)	86.112
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,38	191.611	(91.570)	100.041	183.308	(84.436)	98.872
Instalações	9,97	11.612	(4.333)	7.279	10.542	(3.693)	6.849
Móveis e utensílios	9,86	7.533	(5.114)	2.419	9.887	(6.292)	3.595
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	23,28	7.230	(5.540)	1.690	6.801	(4.683)	2.118
Veículos	15,64	5.457	(998)	4.459	5.289	(243)	5.046
Outros	14,41	5.125	(1.962)	3.163	3.709	(987)	2.722
		<u>405.702</u>	<u>(182.882)</u>	<u>222.820</u>	<u>398.251</u>	<u>(171.919)</u>	<u>226.332</u>
Imobilizado em andamento	-	6.341	-	6.341	1.364	-	1.364
Adiantamento a fornecedores	-	1.337	-	1.337	574	-	574
		<u>413.380</u>	<u>(182.882)</u>	<u>230.498</u>	<u>400.189</u>	<u>(171.919)</u>	<u>228.270</u>

b.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2011	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2012
Terrenos	21.018	-	-	(1.835)	-	19.183
Edificações e outros imóveis	86.112	2.848	-	(394)	(3.980)	84.586
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	98.872	11.419	(528)	425	(10.147)	100.041
Instalações	6.849	1.071	-	322	(963)	7.279
Móveis e utensílios	3.595	324	(5)	(1.115)	(380)	2.419
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.118	387	-	20	(835)	1.690
Veículos	5.046	169	-	(2)	(754)	4.459
Outros	2.722	1.068	(573)	762	(816)	3.163
Imobilizado em andamento	1.364	6.770	-	(1.793)	-	6.341
Adiantamento a fornecedores	574	1.312	(588)	39	-	1.337
	<u>228.270</u>	<u>25.368</u>	<u>(1.694)</u>	<u>(3.571)</u>	<u>(17.875)</u>	<u>230.498</u>

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

c. Custo atribuído (*deemed cost*)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia registrou em seu resultado, despesas de depreciação e amortização, conforme apresentado abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Depreciação/amortização	(13.041)	(11.946)	(13.225)	(12.127)
Depreciação do custo atribuído	<u>(438)</u>	<u>(714)</u>	<u>(438)</u>	<u>(714)</u>
Depreciação/amortização total	<u>(13.479)</u>	<u>(12.660)</u>	<u>(13.663)</u>	<u>(12.841)</u>

d. Ativos concedidos em garantias

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentado abaixo.

Tipo de garantia	Controladora	
	2012	2011
Máquinas e equipamentos	65.359	63.996
Edificações	54.469	55.554
Instalações	5.148	5.090
Móveis e utensílios	2.951	2.959
Terrenos	13.240	13.240
Outros	5.202	417
	<u>146.369</u>	<u>141.256</u>

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM/BNDES.

e. Arrendamentos mercantis financeiros

O Grupo possui contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos financeiros.

O Grupo estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos alugueis.

A finalização da aliança com a Bunge, não prevê para o Grupo, nenhum ganho ou perda relacionado aos arrendamentos financeiros.

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

e.1 Ativo imobilizado (“Propriedades com arrendamento mercantil”)

Tipo	Prazo do contrato (anos)	2012			2011		
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos industriais:							
Custo original	21 e 22	45.510	(35.222)	10.288	45.310	(34.572)	10.738
Complemento: Custo atribuído	-	19.191	(3.120)	16.071	19.191	(2.080)	17.111
		<u>64.701</u>	<u>(38.342)</u>	<u>26.359</u>	<u>64.501</u>	<u>(36.652)</u>	<u>27.849</u>

(*) Valor presente dos alugueis mínimos

e.2 Obrigações do arrendamento mercantil

Os alugueis mínimos serão pagos em 2013. O valor presente dos pagamentos mínimos ao final do exercício de 2012 foi de R\$ 12.359 (2011: R\$ 12.685).

e.3 Contas de resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou no resultado, R\$ 650 (2011: R\$ 650) de despesas de depreciação, R\$ 1.457 (2011: R\$ 1.481) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de alugueis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 1.783 (2011: R\$ 1.783).

16 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Total
Vida útil				
<u>Custo:</u>				
Em 31 de dezembro de 2011	37.868	6.399	37.868	44.267
Adições	1.730	-	1.730	1.730
Transferências	728	-	728	728
Em 31 de dezembro de 2012	40.326	6.399	40.326	46.725
<u>Amortização:</u>				
Em 31 de dezembro de 2011	(22.023)	-	(22.023)	(22.023)
Amortização	(7.223)	-	(7.223)	(7.223)
Em 31 de dezembro de 2012	(29.246)	-	(29.246)	(29.246)
<u>Valor contábil líquido:</u>				
Em 31 de dezembro de 2012	11.080	6.399	11.080	17.479
Em 31 de dezembro de 2011	15.845	6.399	15.844	22.243

- (a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo realizou o teste de valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição da fábrica Chiarini e, como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.

- (b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Nacionais	36.348	40.876	36.369	40.777
Estrangeiros	995	278	995	278
	37.343	41.154	37.364	41.055

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 7 a 60 dias.

18 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a)	2012	2011
Capital de giro (1)	Pré-fixado	11,25%	-	17.577
FINAME (2)	Pré-fixado	5,50%	789	1.662
FINEM BNDES (2)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,5%	63.110	76.149
Crédito rural	Pré-fixado	5,50%	10.169	4.769
Moeda estrangeira - US\$				
Empréstimos em moeda estrangeira(1) e (3)	US\$ / Swap CDI	3,33%	<u>106.254</u>	<u>56.762</u>
			<u>180.322</u>	<u>156.919</u>
Circulante			<u>(67.097)</u>	<u>(41.417)</u>
Não circulante			<u>113.225</u>	<u>115.502</u>

- (1) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (3) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme Nota 30.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2012	2011
2013	-	42.831
2014	81.760	31.002
2015	10.779	10.679
2016	9.452	9.352
A partir de 2017	<u>11.234</u>	<u>21.638</u>
	<u>113.225</u>	<u>115.502</u>

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais foram adequadamente cumpridos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

19 Tributos a recolher

	Controladora					
	2012			2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	7.160	-	7.160	10.712	-	10.712
Parcelamento ICMS a recolher	-	-	-	921	-	921
Diferimento ICMS (PROVIN) (Nota 22)	2.418	1.915	4.333	2.241	2.284	4.525
REFIS IV (a)	1.799	5.814	7.613	1.680	6.362	8.042
Imposto de renda a recolher	1.328	-	1.328	105	-	105
Contribuição social a recolher	943	-	943	23	-	23
INSS retido	424	-	424	399	-	399
ISS retido	259	-	259	213	-	213
Outros	2	-	2	31	-	31
	<u>14.333</u>	<u>7.729</u>	<u>22.062</u>	<u>16.325</u>	<u>8.646</u>	<u>24.971</u>
	Consolidado					
	2012			2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	7.160	-	7.160	10.712	-	10.712
Parcelamento ICMS a recolher	-	-	-	921	-	921
Diferimento ICMS (PROVIN) (Nota 22)	2.418	1.915	4.333	2.241	2.284	4.525
REFIS IV (a)	1.799	5.814	7.613	1.680	6.362	8.042
Imposto de renda a recolher	1.401	-	1.401	105	-	105
Contribuição social a recolher	943	-	943	23	-	23
INSS retido	424	-	424	399	-	399
ISS retido	259	-	259	216	-	216
Outros	2	-	2	86	-	86
	<u>14.406</u>	<u>7.729</u>	<u>22.135</u>	<u>16.383</u>	<u>8.646</u>	<u>25.029</u>

(a) REFIS - Programa de Recuperação Fiscal

Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que veio permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J. Macêdo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

Em 29 de junho de 2011, a Receita Federal consolidou a dívida da Companhia, totalizando R\$ 57.966, que, após a redução legal de R\$ 14.302 e compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, no montante de R\$ 20.621, resultou numa dívida líquida de R\$ 19.348.

O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 19.030 (2011: R\$ 19.459) que deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de correspondentes depósitos judiciais, no valor de R\$ 11.417 (2011: R\$ 11.417), reduzindo esta obrigação para R\$ 7.613.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
2013	-	3.964
2014	1.915	1.680
A partir de 2015	5.814	3.002
	7.729	8.646

20 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais (a)	14.155	11.477	14.155	11.477
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (b)	8.638	10.624	8.638	10.624
Provisões operacionais	4.121	5.630	4.121	5.630
Outros	4.877	2.969	4.902	2.969
	31.791	30.700	31.816	30.700
Circulante	(22.554)	(21.913)	(22.579)	(21.913)
Não circulante	9.237	8.787	9.237	8.787

- (a) Referem-se a adiantamentos decorrentes da compra de trigo por conta e ordem da Bunge.
- (b) Refere-se ao saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$ 28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
2013	-	1.728
2014	1.874	1.728
A partir de 2015	7.363	5.331
	9.237	8.787

21 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>4.575</u>	<u>3.495</u>	<u>1.037</u>	<u>9.107</u>
Provisões	2.120	1.917	636	4.673
Reversão de provisões	(1.662)	(1.134)	(588)	(3.384)
Transferência para o Refis IV	(219)	-	-	(219)
Pagamentos/depósitos	-	(536)	-	(536)
Encargos financeiros	<u>575</u>	<u>445</u>	<u>50</u>	<u>1.070</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.389</u>	<u>4.187</u>	<u>1.135</u>	<u>10.711</u>
Provisões	462	1.373	508	2.343
Reversão de provisões	(30)	(586)	(846)	(1.462)
Pagamentos/depósitos	(3.993)	(377)	-	(4.370)
Encargos financeiros	<u>4</u>	<u>513</u>	<u>23</u>	<u>540</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.832</u>	<u>5.110</u>	<u>820</u>	<u>7.762</u>

(a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$170.901 (2011: R\$ 162.270). O total destas contingências é constituído por R\$ 70.389 (2011: R\$ 77.112) relativo a tributos federais; R\$ 100.035 (2011: R\$ 83.049) relativo a impostos estaduais e R\$ 477 (2011: R\$ 2.109) relativo a tributos municipais. As provisões que possuem bens como garantia, não possuem valor relevante.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por dano material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 31 de dezembro de 2012, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 26.225 (2011: R\$ 24.521).

Em 31 de dezembro de 2012, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 4.981 (2011: R\$ 3.904). As provisões que possuem bens como garantia, não possuem valor relevante.

(c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 7.908 (2011: R\$ 8.447).

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como réu envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo, entre outros, a ações de representantes comerciais e ações de cobranças fundadas em motivos variados.

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais passivos estão assim representados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Tributária (d)	132.878	114.175	132.878	114.175
Trabalhista	14.829	15.154	14.829	15.154
Cível	<u>6.677</u>	<u>6.503</u>	<u>6.677</u>	<u>6.503</u>
	<u>154.384</u>	<u>135.832</u>	<u>154.384</u>	<u>135.832</u>

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$ 10.000.

(d) Processos possíveis de natureza tributária

Descrição - Natureza Tributária

Autor: Receita Federal do Brasil

I) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 22.309, lavrado contra a Companhia em 25.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Autor: Estado de São Paulo

I) Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 24.174, lavrado contra a Companhia em 21.11.1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª instância judicial nos Embargos à Execução Fiscal.

Descrição - Natureza Tributária

II) Auto de Infração no valor de R\$ 15.065, lavrado contra a Companhia em 18.10.2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância administrativa, aguarda-se julgamento do Recurso de Ofício pelo TIT/SP.

Autor: J. Macêdo

I) Ação anulatória contra auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27.03.2006, no valor de R\$ 19.714 por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento deste imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª instância judicial.

22 Subvenções governamentais (Controladora)

a. ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5%, por 05 (cinco) anos, desde o ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, este incentivo fiscal foi de R\$ 469. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apurou prejuízo fiscal, não havendo base para cálculo do lucro da exploração.

b. Estado do Ceará

A unidade de Fortaleza é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela diferida, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, este incentivo fiscal totalizou R\$ 10.549 (2011: R\$ 12.616).

c. Estado da Bahia

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008 e nº 59, de 26 de agosto de 2009.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, este incentivo fiscal totalizou R\$ 11.808 (2011: R\$ 11.319).

d. Estado de Alagoas

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, este incentivo fiscal totalizou R\$ 1.047 (2011: R\$ 1.334).

e. Estado da Paraíba

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (“FAIN”).

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB. O benefício consiste na concessão de um desconto de 27,27% do valor do ICMS devido ao Estado da Paraíba nos termos do artigo 4º, inciso II do Decreto 21.728/01, suas alterações e revogado pelo Decreto nº 31.382/10, publicado no DOE de 25.06.10. O desconto é operado mediante o Regime Especial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, este incentivo fiscal totalizou R\$ 263 (2011: R\$ 831).

Abaixo, segue quadro resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, totalizando em 2012 um reserva de R\$ 124.423.

	<u>Benefício de Incentivos fiscais</u>			<u>Reserva de lucros: Incentivos fiscais</u>	
	Federais	Estaduais	Total	Constituída	A constituir
2008	1.259	23.097	24.356	(24.356)	-
2009	-	24.273	24.273	(24.273)	-
2010	-	25.558	25.558	(16.442)	9.116
2011	-	26.100	26.100	(29.591)	(3.491)
2012	469	23.667	24.136	(29.761)	(5.625)
	<u>1.728</u>	<u>122.695</u>	<u>124.423</u>	<u>(124.423)</u>	-

23 Patrimônio líquido (Controladora)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	2012	2011
Capital social - Em Reais mil	<u>197.873</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

As ações preferenciais classe "A" possuem os mesmos direitos das ações ordinárias.

As ações preferenciais Classe "B", foram subscritas com recursos do "Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR", e a elas é assegurada participação integral nos resultados e farão jus as seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais não terão direito de voto; todavia adquirirão tal direito caso a companhia por mais de três exercícios não distribuir dividendos fixos a quem tem de direito.

b. Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por

deliberação da Assembléia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

c. Reserva de capital/ lucros - Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais, é registrado na conta de Reserva de Lucros.

d. Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 22.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre o custo atribuído contabilizado por sua controlada Pico da Caledônia.

f. Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

	Controladora	
	2012	2011
Lucro líquido do exercício	61.589	30.507
(-) Reserva legal - 5%	(3.079)	(1.526)
	58.510	28.981
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	462	610
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	(29.761)	(29.591)
Base de cálculo dos dividendos	29.211	-
(=) Dividendo mínimo obrigatório (25%)	7.303	-

O valor de R\$ 21.908, referente aos dividendos complementares do lucro líquido do exercício de 2012, foi reconhecido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, aguardando a deliberação da AGO/E, a ser realizada no ano de 2013.

24 Resultado por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais no montante de R\$ 61.589 e a respectiva quantidade de ações em circulação, conforme quadro abaixo:

	2012	2011
Resultado do exercício	61.589	30.507
Lucro atribuível aos acionistas	61.589	30.507
Quantidade de ações em circulação no final do exercício:	21.832	21.832
Ordinárias	11.496	11.496
Preferenciais	10.336	10.336
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	<u><u>2,8210</u></u>	<u><u>1,4000</u></u>

Em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

25 Receita líquida de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas	1.340.961	1.399.315	1.342.627	1.400.921
(-) Impostos	(109.548)	(148.233)	(110.082)	(148.886)
(-) Devoluções	(14.378)	(24.509)	(14.378)	(24.509)
(-) Abatimentos	<u>(382)</u>	<u>(547)</u>	<u>(382)</u>	<u>(547)</u>
	<u><u>1.216.653</u></u>	<u><u>1.226.026</u></u>	<u><u>1.217.785</u></u>	<u><u>1.226.979</u></u>

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

26 Custos e despesas operacionais

Abaixo, seguem aberturas das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos por natureza e por função.

a. Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Matéria prima	(535.372)	(567.254)	(535.372)	(567.254)
Embalagens	(79.278)	(78.743)	(79.278)	(78.743)
Pessoal	(155.114)	(140.894)	(155.114)	(140.894)
Fretes e carretos	(82.374)	(63.357)	(82.374)	(63.357)
Serviços terceiros	(121.712)	(122.962)	(121.712)	(122.962)
Depreciação e amortização	(25.622)	(24.206)	(25.820)	(24.387)
Outros	(150.499)	(173.181)	(151.307)	(173.307)
	<u>(1.149.971)</u>	<u>(1.170.597)</u>	<u>(1.150.977)</u>	<u>(1.170.904)</u>

b. Por função

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custos dos produtos vendidos	(808.208)	(840.882)	(808.712)	(840.495)
Despesas com vendas	(225.545)	(222.125)	(225.545)	(222.125)
Despesas gerais e administrativas	(116.218)	(107.590)	(116.720)	(108.284)
	<u>(1.149.971)</u>	<u>(1.170.597)</u>	<u>(1.150.977)</u>	<u>(1.170.904)</u>

c. Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamentos dos centros de distribuição (CD) e veículos classificados como arrendamentos operacionais possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

Vencimento	Pagamentos mínimos
Até um ano	6.868
Mais de um ano e até cinco anos	2.980
Mais de cinco anos	-
	<u>9.848</u>

Estes contratos não apresentam opções de compra e tampouco transferência de posse ao final do seu prazo contratual.

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no exercício 2012 foram registrados em despesas com aluguéis - Despesas gerais e corresponderam ao montante de R\$ 11.588 (2011: R\$ 5.573).

27 Outras receitas (despesas), líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Venda de ativos	774	379	774	379
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	(893)	(1.541)	(893)	(1.541)
Contingências líquidas (Nota 21)	(570)	(1.350)	(570)	(1.350)
Provisão para redução ao valor recuperável (Nota 7)	(1.017)	(748)	(1.017)	(748)
Ganhos decorrentes da variação no valor justo das propriedades para investimentos (Nota 14)	39.782	6.000	39.782	6.000
Outras despesas	(3.932)	(3.416)	(3.932)	(3.396)
	<u>34.144</u>	<u>(676)</u>	<u>34.144</u>	<u>(656)</u>

28 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.779)	(15.756)	(13.779)	(15.756)
Juros sobre derivativos	(4.342)	(574)	(4.342)	(574)
Outras despesas de juros	(3.085)	(3.547)	(1.652)	(2.093)
Variações monetárias e cambiais passivas	(2.744)	(1.846)	(2.744)	(1.846)
Variação cambial passiva de derivativos	(9.187)	(7.130)	(9.187)	(7.130)
Tarifas bancárias	(1.326)	(1.469)	(1.326)	(1.469)
Outras despesas financeiras	(207)	(2.802)	(208)	(2.802)
Despesas financeiras	<u>(34.670)</u>	<u>(33.124)</u>	<u>(33.238)</u>	<u>(31.670)</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	5.033	6.301	5.092	6.333
Receita de juros sobre derivativos	4.342	574	4.342	574
Outras receitas de juros	536	371	536	371
Descontos obtidos	1.117	703	1.117	703
Variações monetárias e cambiais ativas	1.040	2.413	1.040	2.413
Variação cambial ativa de derivativos	9.187	5.631	9.187	5.631
Outras receitas financeiras	98	233	98	233
Receitas financeiras	<u>21.353</u>	<u>16.226</u>	<u>21.412</u>	<u>16.258</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(13.317)</u>	<u>(16.898)</u>	<u>(11.826)</u>	<u>(15.412)</u>

29 Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ordenados e salários	(57.559)	(52.469)	(57.631)	(53.001)
Custos de previdência social	(24.740)	(22.461)	(24.754)	(22.546)
Participação nos resultados	(7.724)	(5.624)	(7.724)	(5.624)
	(90.023)	(80.554)	(90.109)	(81.171)

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3** - *Inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2.

Os valores justos das aplicações financeiras e os financiamentos registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Companhia.

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	66.706	82.482	66.706	82.787
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	7.280	3.709	7.280	3.898
Contas a receber	104.793	91.916	104.793	91.916
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	2.792	3.903	2.792	3.903
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	4.159	-	4.159
Ativos financeiros derivativos				
Operação de “swap”	11.348	5.631	11.348	5.631
	<u>192.919</u>	<u>191.800</u>	<u>192.919</u>	<u>192.294</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	180.322	156.919	180.661	156.919
Passivos financeiros derivativos				
Operação de “swap”	942	-	942	-
	<u>181.264</u>	<u>156.919</u>	<u>181.603</u>	<u>156.919</u>

b. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, operações de swap e empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

b.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e aplicações financeiras.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial TJLP.

O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Como política, o Grupo procura manter parte de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Consolidado - Valor Contábil	
	2012	2011
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(10.958)	(24.008)
	(10.958)	(24.008)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	66.706	86.641
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(169.364)	(132.911)
	(102.658)	(46.270)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da Tributação
2012		
Reais	-25	(2.824)
	-50	(5.648)
2011		
Reais	-25	(3.158)
	-50	(6.316)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira da Companhia.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege (hedge) de 50% a 80% por cento de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos três meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira em seu contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando -se da modalidade de swap para Reais e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição a moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”. As operações de “swap” consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré fixada de 1,73%.

31 de dezembro de 2012	Faixas de vencimento	Valor Contratado (Reais)	Valor justo		Resultado no período
			Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	
<u>Contratos a termo:</u>					
Contrato de swap Citibank	De 26/10/2011 a 11/07/2014	30.331	8.053	-	1.044
Contrato de swap Itaú	De 05/12/2011 a 05/12/2013	20.000	3.295	-	177
Contrato de swap Itaú	De 11/12/2012 a 11/12/2014	50.000	-	(942)	66
			<u>11.348</u>	<u>(942)</u>	<u>1.287</u>
		Circulante	<u>(4.068)</u>		
		Não circulante	<u>6.338</u>		

Em 2012 a Companhia registrou um ganho de R\$ 1.287 registrado no resultado financeiro, onde R\$ 66 corresponde ao novo contrato de montante R\$ 50.000 e R\$ 1.221 correspondente aos demais contratos. Abaixo segue demonstrativo de que os empréstimos e financiamentos são 100% garantidos por meio de contratos de swap.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	106.254	56.762	106.254	56.762
Contrato de swap (b)	<u>(106.254)</u>	<u>(56.762)</u>	<u>(106.254)</u>	<u>(56.762)</u>
Exposição líquida (a-b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo encerrou o exercício sem exposição ao risco de taxa cambial. Desta forma, o Grupo não está apresentando os cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados exigidos pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

	Taxa média		Taxa de fechamento	
	2012	2011	2012	2011
R\$/Dólar	1,9541	1,6742	2,0435	1,8758

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. A Companhia opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

b.2 Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contava com quinze clientes (2011: quinze clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$ 2.000 (2011: R\$ 1.200) cada e eram responsáveis por 29% (2011: 31%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 79% vêm operando com o Grupo por mais de 2 anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia desde sua implantação em 2005.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

	Controladora	
	2012	2011
Clientes - Atacado	77.353	71.265
Clientes - Varejo	32.753	31.089
Outros clientes	8.453	10.341
(-) Provisões	<u>(11.899)</u>	<u>(19.092)</u>
	<u>106.660</u>	<u>93.603</u>

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Todos os títulos vencidos são reconhecidos em perdas por redução no valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é o valor registrado como demonstrado nesta Nota.

b.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A política do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros não derivativos. A Companhia não possui passivos financeiros derivativos.

Empréstimos e financiamentos	Valor contábil	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 2 anos
2012	180.322	5.070	62.219	81.567	31.466
2011	156.919	6.108	35.309	73.833	41.669

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma

classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	2012	2011
Modalidade:		
Responsabilidade civil	6.000	6.000
Vendaval	22.100	22.100
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	117.779	110.500
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	137.500	116.673

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. Não fez parte do escopo do exame dos auditores, a suficiência dessa cobertura.

32 Eventos subsequentes

Adoção dos IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12

O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou três novas normas cuja adoção será obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013, a saber: IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 11 - Empreendimento em conjunto e IFRS 12 - Divulgação de participação em outras sociedades.

A partir das alterações propostas pelas respectivas normas, em que os empreendimentos controlados em conjunto não será mais permitida a realização de consolidação proporcional, aplicando-se a partir de 2013 apenas o método de equivalência patrimonial.

Deste modo, a Companhia informa que a partir de 2013 não mais realizará a consolidação proporcional de sua controlada em conjunto com a Tergran. Abaixo, demonstrativos com valores que impactariam as demonstrações financeiras de 2012 e 2011.

	2012		2011	
	Controladora	Tergran	Controladora	Tergran
Informações sobre as investidas:				
Quantidade de ações possuídas	730.927	2.193.000	730.927	2.193.000
Participação no capital total e votante:	33,33%		33,33%	
Ativo circulante	1.445	4.336	1.806	5.420
Ativo não circulante	1.632	4.897	1.703	5.109
	3.077	9.233	3.509	10.529

	2012		2011	
	Controladora	Tergran	Controladora	Tergran
Total de ativos				
Passivo circulante	255	766	175	524
Total de passivos	255	766	175	524
Capital social	3.068	9.204	3.068	9.204
Patrimônio líquido	2.822	8.467	3.335	10.005
Lucro líquido do período/ exercício	(254)	(763)	258	775

Término da parceria com a Bunge e retorno ao segmento de panificação

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos seus acionistas, ao mercado e à sociedade que, em comum acordo com a BUNGE ALIMENTOS S.A., resolveu extinguir, em 01 de março de 2013, o Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes que formalizam o acordo de industrialização recíproca que as partes firmaram em 30 de janeiro de 2004, e aditaram em 03 de julho de 2006. Até 01 de março de 2013 as partes seguirão em parceria observando-se todos os contratos então em vigor.

J. MACÊDO S.A.
COMPANHIA ABERTA - CVM 2115-6
CNPJ Nº 14.998.371/0001-19
NIRE 23 3 00026799

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2013**

HORÁRIO, DATA E LOCAL: 15:00 (quinze horas), do dia 11 de março de 2013, na sede social localizada na Rua Benedito Macêdo nº 79, Caís do Porto, CEP 60.180-900, em Fortaleza, Estado do Ceará.

PRESENÇA: A maioria dos membros do Comitê de Auditoria, conforme assinaturas lançadas no final desta ata.

MESA: Presidida pelo Sr. **HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA** – Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidade legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório de administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2012”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG – Auditores Independentes aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2012, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

APROVAÇÃO: Unanimidade de votos.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: Humar Marques de Oliveira - Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria; Georgina Macêdo Rosa.

Certificamos que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Comitê de Auditoria da Companhia. Fortaleza, 11 de março de 2013.

HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA
Coordenador Executivo do Comitê
de Auditoria da Companhia



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da J. Macêdo S.A, sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012.

Fortaleza, 14 de Março de 2013.

Enrique Ricardo Ussher
Diretor Presidente

Luiz Conrado dos Santos Carvalho Sundfeld
Diretor

Carlos Augusto Nunes Neves da Rocha
Diretor

Luís Eduardo de Oliveira Vallim
Diretor

Vagner Ludovichi
Diretor

Irineu José Pedrollo
Diretor